



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CEH – CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
FFP – SG – FACULDADE DE FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES

A INVISIBILIDADE DOS MESTRES E DOUTORES NEGROS NA SOCIEDADE  
BRASILEIRA

ELIZA ANTÔNIA MARQUES DA SILVA MARTINS

MONOGRAFIA APRESENTADA AO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA  
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES DA UNIVERSIDADE  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,  
COMO REQUISITO PARA A  
CONCLUSÃO DO CURSO DE  
GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA  
PLENA EM PEDAGOGIA

São Gonçalo  
2010



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CEH – CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
FFP – SG – FACULDADE DE FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES

A INVISIBILIDADE DOS MESTRES E DOUTORES NEGROS NA SOCIEDADE  
BRASILEIRA

ELIZA ANTÔNIA MARQUES DA SILVA MARTINS

ORIENTADORA  
PROF<sup>a</sup> MARIZA DE PAULA ASSIS

MONOGRAFIA APRESENTADA AO DEPARTAMENTO  
DE EDUCAÇÃO DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO  
RIO DE JANEIRO, COMO REQUISITO PARA A  
CONCLUSÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE  
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

São Gonçalo  
2010



ELIZA ANTÔNIA MARQUES DA SILVA MARTINS

A INVISIBILIDADE DOS MESTRES E DOUTORES NEGROS NA SOCIEDADE  
BRASILEIRA

MONOGRAFIA APRESENTADA AO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA  
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES DA UNIVERSIDADE  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,  
COMO REQUISITO PARA A  
CONCLUSÃO DO CURSO DE  
GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA  
PLENA EM PEDAGOGIA

APROVADA EM: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

ORIENTADORA: \_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Mariza de Paula Assis  
Faculdade de Formação de Professores/UERJ

PARECERISTA: \_\_\_\_\_

Vera Pereira Muniz  
Faculdade de Formação de Professores/UERJ

SÃO GONÇALO  
2010

## DEDICATÓRIA

Para meu esposo e eterno namorado, Alenir, sem o qual este momento não existiria, pois sua dedicação, seu incentivo, seu colo e seu amor foram, são e serão as molas impulsoras das realizações da minha vida.

Aos meus filhos, Bruno Irwing, Diego Petherson e Ryan Yuri por aceitarem sem questionar minhas ausências em momentos importantes de suas vidas e por se orgulharem de mim.

Para a minha tia Jorgina, que chamo carinhosamente de tia Filinho, pelo amor, pelas bênçãos, atenção e dedicação.

A minha amiga Maria do Livramento, Lili, pelo incentivo, exemplo de vida e referência de integridade.

A minha amiga irmã Katia Cristina, Katita, pela amizade incondicional.

A todos e todas que colocam na sua prática cotidiana o desejo de construir novas relações sociais que tenham como objetivo a igualdade.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas oportunidades que me foram dadas na vida; principalmente a de estudar em uma universidade pública de qualidade que me proporcionou conhecer pessoas e lugares interessantes, mas também por ter vivido fases difíceis, que foram matérias-primas de aprendizado.

Agradeço principalmente por colocar em meu caminho pessoas maravilhosas com as quais pude conviver nesses quatro anos, especialmente as minhas amigas do curso de pedagogia da faculdade de formação de professores Ana Maria Felix, Regina de Deus, Vanessa da Gloria e Kátia Cristina, meu anjo da guarda que me mostrou o significado da palavra “amizade” acreditando no meu potencial, nas minhas idéias, nos meus devaneios, principalmente quando nem eu mais acreditava.

Agradeço a minha família; meu esposo Alenir, meus filhos Bruno, Diego e Ryan e a minha tia Jorgina sem os quais não teria condições de chegar até aqui, pois todo carinho, dedicação e compreensão foram essenciais nessa caminhada.

Agradeço a todos os amigos(as) que direta ou indiretamente contribuíram com incentivo, conselhos e críticas construtivas. As amigas do PSF, Wânia que me incentivou indo comigo fazer a inscrição em disciplina, Adriana, Andrea, Ângela, Cynthia, Karine, Eliana, Luciana e Adenir pela compressão, cumplicidade e companheirismo.

Agradeço a minha sobrinha Débora e ao vereador Jorge Mariola pelo apoio no momento mais difícil.

Agradeço a minha grande amiga Maria do Livramento pelo apoio e por confiar no meu potencial.

Agradeço aos professores doutores da UERJ-FFP que gentilmente disponibilizaram seu tempo respondendo ao questionário.

Agradeço a minha orientadora Prof<sup>o</sup> Mariza de Paula Assis pela dedicação e paciência.

Agradeço a prof<sup>a</sup> Vera Pereira Muniz por aceitar ser a parecerista. Todos aqui citados sabem a importância que têm em minha vida, a mim só resta agradecê-los. Obrigada por fazerem parte de minha vida.

## **A mão da limpeza**

O branco inventou que o negro  
Quando não suja na entrada  
Vai sujar na saída, ê  
Imagina só  
Vai sujar na saída, ê  
Imagina só  
Que mentira danada, ê

Na verdade a mão escrava  
Passava a vida limpando  
O que o branco sujava, ê  
Imagina só  
O que o branco sujava, ê  
Imagina só  
O que o negro penava, ê

Mesmo depois de abolida a escravidão  
Negra é a mão  
De quem faz a limpeza  
Lavando a roupa encardida, esfregando o chão  
Negra é a mão  
É a mão da pureza

Negra é a vida consumida ao pé do fogão  
Negra é a mão  
Nos preparando a mesa  
Limpando as manchas do mundo com água e sabão  
Negra é a mão  
De imaculada nobreza

Na verdade a mão escrava  
Passava a vida limpando

O que o branco sujava, ê

Imagina só

O que o branco sujava, ê

Imagina só

Eta branco sujão

(Gilberto Gil)



### Epígrafe:

A partir dos perfis e trajetórias político-acadêmicas desses intelectuais, especialmente a partir das suas maneiras de sentir, pensar e agir no que diz respeito à questão racial no Brasil, bem como de suas condutas acadêmico-intelectuais, é plausível fazer uma distinção entre intelectuais negros e negros intelectuais. Neste sentido, negros intelectuais são em realidade os acadêmicos de origem ou ascendência negra que sofreram ou sofrem influência direta ou indireta dos Movimentos Sociais Negros, adquirindo ou incorporando destes uma ética da convicção anti-racismo que, associada e em interação com uma ética acadêmico científica que foi adquirida ou incorporada dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras ou estrangeiras, produz nestes intelectuais um **ethos acadêmico ativo** que orienta as suas pesquisas, estudos, ações, bem como as suas atividades profissionais de professores universitários. ( SANTOS, Sales Augusto dos )

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo contribuir para a ampliação da discussão sobre os reflexos das desigualdades raciais, especialmente, no tocante a educação, mas com destaque apenas de um segmento específico: o negro mestre e/ou doutor e o seu envolvimento com o Movimento Negro.

A pesquisa baseou-se na evolução educacional da população negra e as dificuldades que os negros encontram na escolha do curso de graduação e as possibilidades de cursar uma pós-graduação, priorizando o acesso a esta última.

As Ações Afirmativas que democratizam e expandem as ofertas de vagas nas universidades, contribuindo assim, para que o negro tenha acesso ao ensino superior rompendo com a hegemonia do patriarcado embranquecido. Passando a ocupar o seu lugar de direito na sociedade.

Através de entrevistas feitas com doutores negros da UERJ-FFP, e de pesquisas em jornais, revistas e artigos foi feita uma avaliação da contribuição do Movimento Negro na evolução dos negros no meio acadêmico.

Palavras chaves:

**LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAPES	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUPERIOR
EDUCAFRO	EDUCAÇÃO E CIDADANIA DE AFRO-DESCENDENTES E CARENTES
FFP	FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IDH	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
INEP	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS
LDB	LEI DE DIRETRIZES E BASE
MBA	MASTER OF BUSINESS ADMINISTRATION
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
MNU	MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO
MN	MOVIMENTO NEGRO
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAIS
PROUNI	PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS
UERJ	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UFF	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

## Sumário

Introdução-----	13
Capítulo 1: Breve histórico sobre a realidade social e educacional do negro na sociedade brasileira -----	16
Capítulo 2: As dificuldades na escolha do curso na graduação -----	24
Capítulo 3: Ações afirmativas contribuindo para democratizar e expandir as ofertas das vagas na pós-graduação para a população negra-----	29
Capítulo 4: A busca por uma “Consciência da Negritude” -----	40
Capítulo 5: Questionário aplicado as/os professores da Universidade Do Estado do Rio de Janeiro- FFP -----	43
Considerações Finais-----	49
Referências Bibliográficas-----	50
Anexos -----	53

## INTRODUÇÃO

Sabemos hoje, através dos mais recentes estudos sobre mobilidade social no Brasil, que a escolarização, sobretudo a superior, continua sendo importante “gargalo” para ascensão social entre nós. Thales Azevedo<sup>1</sup>

Este trabalho tem como objetivo contribuir para a ampliação da discussão sobre os reflexos das desigualdades raciais, especialmente no tocante a educação, com destaque para um segmento específico: o negro mestre e/ou doutor e o seu envolvimento com o Movimento Negro.

Não pretendo com este trabalho esgotar as discussões que permeiam ou que geram este assunto, pelo contrário, gostaria que a partir da minha pesquisa pudessem surgir novos trabalhos, que contribuam para o entendimento das questões que envolvem os negros, especialmente nos cursos de Pós-Graduação strictu sensu

Neste sentido vimos que há uma necessidade de democratização do ensino superior no Brasil, em especial para a população negra que se encontra sub representada<sup>2</sup> nas universidades e em especial, nos cursos de Pós-Graduação strictu sensu. Isto porque democratizar e expandir as ofertas das vagas na pós-graduação é uma maneira de inserir, na sociedade, mestres e doutores negros. Este é um tema que merece atenção especial das autoridades que representam nosso país, do movimento negro, de discentes e docentes negros e de todos aqueles negros que almejam cursar Pós-Graduação, Mestrado, Doutorado ou quiçá um Pós-Doutorado.

Apesar de identificarmos um número significativo de pesquisas realizadas, alguns aspectos têm sido pouco investigados, como por exemplo: o estudo sobre a

---

<sup>1</sup> Em seu estudo, Thales de Azevedo notou que: “Uma das maneiras de ascender socialmente é, para toda a gente, ingressar nas carreiras liberais, conquistando o prestigiado título de Dr. que, mais ou menos indiscriminadamente, se dá na linguagem comum às pessoas diplomadas pelas Universidades ele não descarta a existência do preconceito racial. A ascensão social dos escuros como indivíduos é freqüente e fácil de verificar. Como grupo, no entanto, as pessoas de cor vêm ascendendo mais dificultosamente”. (1955: 150)

<sup>2</sup> Profº Dr. José Jorge de Carvalho aborda a sub representação do negro na Universidade de Brasília onde através de pesquisas constatou-se que não se tem uma representatividade dos negros nos cursos ditos de elite: Medicina, Direito, Administração e Jornalismo. (2002, p. 09 e 33 )

ascensão educacional e social de negros mestres e doutores na sociedade brasileira e objetivando contribuir para esse campo ainda pouco explorado, analisaremos esse tema.

Pesquisadores renomados como Kabengele Munanga(2004), Giralda Seyferth (2002), André Brandão (2002/2003/2009), Delcele Queiroz (2004), José Jorge de Carvalho (2005), e muitos outros têm contribuído com novos significados para o amadurecimento das questões que envolvem o negro no Brasil e no mundo. Sendo assim temos consciência da complexidade que permeia este assunto pois atrelado a ele encontram-se várias questões que demandam anos de investigação, de questionamentos e de discussões.

Em 2006 quando ingressei na UERJ/FFP<sup>3</sup> surgiu o interesse em saber mais sobre a atual condição do negro na sociedade brasileira, principalmente no tocante a educação superior. Algumas questões se apresentam como relevantes. Como a educação superior tem contribuído para inserção dos negros na sociedade? Qual a parcela de contribuição que o movimento negro tem na ascensão social e profissional desses mestres e doutores negros brasileiros?

Ao longo de minha trajetória acadêmica pude perceber que existe uma necessidade da população negra em ocupar um espaço que lhes fora antes negado, subjugado e que agora vem sendo conquistado pela minoria, que rompeu as barreiras imposta pela “elite branca” dominante da sociedade até os dias de hoje. Senti que, no meio acadêmico existe uma resistência por parte dos docentes e principalmente dos discentes quando o assunto envolve as ações de reparação e de benefício para a raça negra. Muitas das vezes são os próprios negros que rejeitam as ações afirmativas que os beneficiam e acabam por engrossar o coro para os questionamentos dos que acham que o mérito deve prevalecer independente da dificuldade vivida por esta parcela da população

Tendo em vista a necessidade de divulgar questões que envolvem o negro, sua invisibilidade, seu branqueamento ao longo da história do país e todas as polêmicas que permeiam políticas de ações afirmativas utilizadas com o objetivo de promoção da igualdade de direitos aos negros dentro da sociedade. Consideramos pertinente fazer uma pesquisa entrevistando alguns mestres e doutores negros, entretanto temos conhecimento de que se trata de um tema muito denso e complexo

---

<sup>3</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro Faculdade de Formação de Professores campus São Gonçalo pelo sistema de cotas, no curso de Pedagogia,

e por isso canalizaremos a pesquisa fazendo um recorte da realidade educacional de doutores e mestres negros que fazem parte do quadro de docente da UERJ - FFP. Assim, interessa compreendermos qual o grau de comprometimento ou não desses docentes com questão do negro no Brasil.

Portanto, seria coerente afirmar ser este um dos pontos de partida para as variadas expressões da questão racial e social, que não deve ficar sem uma investigação pois não é comum nos depararmos com negros mestres e doutores em nosso cotidiano, haja vista que a todo o momento a sociedade nega a existência de preconceito racial, por mais explícito que ele seja. Investigaremos alguns elementos que visam desvelar parte da realidade desses mestres e doutores e seu envolvimento ou não com a questão racial, principalmente com o movimento negro; foco principal deste trabalho.

No Capítulo I tentarei fazer um pequeno histórico sobre a questão racial na sociedade brasileira, a fim de situar o negro mestre e doutor nesse contexto, ressaltando a importância da inserção e da permanência dos negros no ensino superior. Já no Capítulo II pretendo apresentar as dificuldades que a população negra encontra na escolha do curso na graduação.

Dando continuidade, no Capítulo III pretendo abordar a importância das ações afirmativas e a contribuição de tais ações para os negros ultrapassarem as barreiras da invisibilidade e conseguirem ter dentro da sociedade, um lugar de direito e não o lugar de servidão como no passado e no Capítulo IV faço uma breve apresentação sobre a necessidade de busca de uma Consciência da Negritude

No Capítulo V apresentarei a análise das entrevistas com mestres e doutores negros da UERJ/FFP campus São Gonçalo, e concluo a presente trabalho com minhas considerações finais.

## CAPÍTULO I

### **Breve histórico sobre a realidade social e educacional do negro na sociedade brasileira**

A liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista. Essa conquista pressupõe que os negros redefinam a história, para situá-la em seus marcos concretos e entossá-la com seus anseios mais profundos de auto-emancipação coletiva e de igualdade racial. (Florestan Fernandes)

A história nos mostra que a dominação e a exploração emergem da idéia de superioridade de um povo sobre o outro, que cria até hoje mecanismos para justificar esta dominação: bárbaros x romanos, cristãos x não cristãos, brancos x negros, entre tantos outros. Trataremos neste trabalho da questão racial, do negro no contexto social brasileiro, da escravidão visível a invisibilidade nas universidades.

O uso do termo raça<sup>4</sup> não será de forma pejorativa como é utilizado no sentido biológico de dominação, mas sim para falar da complexidade existente nas relações entre negros e brancos no Brasil.

“O movimento negro<sup>5</sup> e alguns sociólogos quando usam o termo raça, não o fazem alicerçados na idéia de raças superiores e inferiores, como originalmente era usada no séc. XIX. Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo (...)”. (GOMES, 2005:104)

---

<sup>4</sup> “A idéia de raça surgiu de modo mais ou menos elaborado no século XVIII, antecedida por formulações vagas das metáforas de sangue e das vinculações bíblicas, os conteúdos a elas associados vêm de muito mais longe na história humana, encapsulados por outros rótulos não menos indicativos de suposições de inferioridade”. (Seyferth, 2002:17 e 18)

<sup>5</sup> (...) movimento negro, por conseguinte, o conjunto de entidades e ações organizadas dos negros de sangue, consagrados explicitamente á defesa da raça e da cultura negras. (Santos,1985:291)



Nesse sentido, Gomes (2005) afirma que não podemos negar que, na construção das sociedades, na forma como negros e brancos são vistos e tratados no Brasil, a raça tem uma operacionalidade na cultura e na vida social.

A realidade da população negra no Brasil ainda está muito distante do que se espera, pois o processo de exclusão e dominação se estabeleceu no séc. XVII e perdura até os dias de hoje de forma velada, porém com significativa expressividade para a população negra brasileira.

A partir de meados do séc. XIX no Brasil, diversos estudiosos direcionaram suas pesquisas para tentar entender e justificar o conceito de raça, na tentativa de explicar o atraso brasileiro no cenário mundial. Vale ressaltar que nessa época a população de negros no Brasil era a metade da população de brancos. Neste período as teorias darwinistas<sup>6</sup> sociais defendiam a idéia de Eugenia<sup>7</sup> (raça pura), acreditava-se que o fator biológico predominava na formação do indivíduo, logo, o negro se constituía como atraso e deficiência na sociedade, como podemos perceber no texto a seguir.

Na verdade, os negros eram considerados “o problema” razão do atraso brasileiro (o que acentuou o aspecto racial da questão da escravidão) – pois, também no Brasil, a desigualdade social era interpretada como expressão das leis universais da natureza, com suas implicações de inferioridade inata dos não-brancos. (SEYFERTH. 2002:35)

Portanto o cruzamento das raças era um mal para o predomínio da Eugenia. O fator biológico na formação do indivíduo tornava o negro uma raça inferior justificando assim todo e qualquer atraso ou deficiência visível na sociedade, desse modo os darwinistas sociais chegaram à conclusão que poderiam reconhecer nas características raciais o valor moral e as possibilidades de progressos futuros de

---

<sup>6</sup> A teoria da seleção natural de Charles Darwin foi uma tentativa de explicar a diversidade de espécies de seres vivos através da evolução. Com a teoria da evolução em mente, diversos cientistas criaram correntes na ciência que defendiam a tese das diferenças raciais entre os seres humanos, da importância de um controle sobre a demografia humana, da possível inferioridade dos povos negros, principalmente no que se refere à inteligência, a alta taxa de criminalidade e o combate contra a miscigenação

<sup>7</sup> No século XX, movimentos de eugenia ganharam popularidade em vários países e foram associados a programas de controle de reprodução tais como leis de esterilização compulsória. Tais movimentos acabaram sendo estigmatizados após serem usados na retórica da Alemanha Nazista em suas metas de alcançar "pureza" racial.

uma determinada sociedade, já que parte da intelectualidade almejava a eliminação da raça que considerava inferior. Como afirma Silva, Brandão e Marins (2009)

[...] inúmeros esforços foram empreendidos pelo governo brasileiro com o intuito de eliminar os traços da população de origem africana, por meio de incentivos diversos à importação de mão-de-obra estrangeira. A expectativa era de se fazer prevalecer, num espaço de tempo de um século, a hegemonia e as características positivas associadas à raça branca. (SILVA, et al, 2009, p.26).

Nessa época os teóricos brasileiros<sup>8</sup> consideravam as teorias raciais a solução para os problemas de nosso país, a reprodução entre brancos, o impedimento da procriação dos negros e a proposta de limitar a entrada de negros no país também repercutiu de forma positiva para a elite do séc. XIX e início do sec. XX, pois, com as proibições dos “indesejáveis” a teoria do embranquecimento poderia se estabelecer. Porém como essas teorias não solucionaram o problema da cor no Brasil, a elite brasileira resolveu então adotar outras medidas no final do século XIX, surgindo um novo pensamento: Seria possível a miscigenação solucionar o problema da negritude do Brasil? Alguns setores que se preocupavam com a questão racial começam ver que a miscigenação poderia provocar o branqueamento, ou seja, aos poucos a população negra deixaria de ser maioria, com isso a população branca passaria a predominar com a sua superioridade.

Nesse contexto a mestiçagem, para a elite da época, seria algo positivo, pois produziria novos saberes, nesse sentido o papel dos intelectuais da época foi fundamental para a disseminação do mito da democracia racial<sup>9</sup> e para transformá-la em ideologia dominante, pois para eles, ao admitir a mestiçagem como elemento positivo é produzir novos saberes que podem ser analisados no livro de Gilberto Freyre “Casa Grande e Senzala” (1930). Neste livro, Freyre sugere que vivemos numa “democracia racial”, idéia que foi amplamente difundida em todo país

<sup>8</sup> Seguidores da teoria do embranquecimento no Brasil: Sylvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Viana e outros que acreditavam que através da infusão do sangue europeu no Brasil poderia “melhorar” a raça. Melhorar, pois estes acreditavam que o atraso nessa época era decorrente da negritude que apresentava o povo brasileiro, ou seja, negros sem qualificação, sem princípio de moralidade e pouco capazes para o trabalho. (autor e ano)

<sup>9</sup> O conceito de mito da democracia racial destina-se a negação da existência do preconceito entre os sujeitos brasileiros mascarando a realidade vivida pelo negro na sociedade.

contribuindo de certa forma para ocultação das desigualdades raciais. Mesmo Freyre não tendo mencionado o termo Democracia Racial em suas obras, ele se tornou um marco para a propagação da idéia de miscigenação racial. Essa idéia de misturar as raças foi também idealizada por outros escritores brasileiros renomados, como Jorge Amado, que através de seus romances retratava a brasilidade e exaltava a miscigenação. Esta ideologia se apresentava através de crenças e práticas sobre a raça. Era passada para os brasileiros e estrangeiros a idéia de que no Brasil a miscigenação era fato e que todos viviam em perfeita harmonia social e racial.

Tal ideologia reinou sem grande contratação, grosso modo, dos, 1950 aos 1970, e apenas a partir daí passou a ser crescentemente afrontada, submetendo-se a reforma que a descaracterizam. (GUIMARÃES, 2003: 55)

Schwarcz (2000) afirma que a necessidade de criação de uma identidade nacional era essencial para a construção de um ambiente propício à afirmação do Estado Novo<sup>10</sup>. Sendo assim surge a necessidade de implantação de políticas que visam à integração do negro em nossa sociedade. O negro precisava ser inserido na sociedade mesmo que aparentemente apenas. Consequentemente, a discriminação patente não seria mais legitimada. Ela afirma que.

“Na verdade, se esse tipo de discussão perdeu o seu lugar na academia, a sua crítica teórica, nos anos vinte, não significou o esvaziamento da questão. Com efeito, o tema foi expulso dos espaços oficiais e das instituições científicas, mas ganhou os locais de vivência cotidiana e a esfera das relações pessoais. Se hoje é pouco legítimo advogar cientificamente esse tipo de discussão racial, o uso de expressões, piadas e gags revela como ‘raça’ virou lugar comum entre nós. (SCHWARCZ (2000:32)

---

<sup>10</sup> Em 1937, com a decretação do Estado Novo por Getúlio Vargas, todos os partidos políticos – inclusive a Frente Negra – foram declarados ilegais e dissolvidos. A partir daí e praticamente até a Redemocratização, em 1945, os movimentos sociais negros tiveram de recuar para suas formas tradicionais de resistência cultural.

Até hoje, esse mito da democracia racial se perpetua, nos discursos, permanecendo distante das práticas sociais entre indivíduos de raças distintas. Entretanto, há um enorme esforço da mídia e de teorias sociais em construir uma transitoriedade da discriminação racial.

No século XIX, havia uma discriminação explícita que era incentivada pela sociedade vigente. Atualmente esta discriminação que se materializa em palavras e, sobretudo em atitudes, é velada, mas percorre toda a população e se encontra imbricada na própria cultura e se reflete na escolarização do negro. Como afirma Santos no texto a seguir:

“(...) A profunda desigualdade racial entre negros e brancos em praticamente todas as esferas sócias brasileiras é fruto de mais de quinhentos anos de opressão e/ou discriminação racial contra os negros, algo que não somente os conservadores brasileiros, mas uma parte significativa dos progressistas recusam-se a admitir. Assim, a discriminação racial e seus efeitos nefastos construíram dois tipos de cidadania neste país, a negra e a branca. Basta observarmos o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro, desagregado por cor/raça, para facilmente notar esta lamentável situação de injustiça. (...) discriminado racialmente, que acumula desvantagens em praticamente todas as esferas sociais, especialmente na educação e no mercado de trabalho, em função do racismo. (SANTOS, 2005;13)”

Assim sendo, a assimilação pela população de que existe uma democracia racial faz com que as práticas discriminatórias prossigam e sejam percebidas na imobilidade social dos negros até hoje. Tal afirmativa comprova-se em dados, dentre os quais utilizarei alguns, a fim de embasar este estudo.

Vale observar, como o mito da democracia racial encobre a realidade de tal forma que parte dos negros, grupo racial que é mais atingido pela discriminação, em diversas situações não percebe a intensidade do preconceito que vivenciam, e atenuam, com isso, a força desta problemática. Santos (2005) afirma que há um processo de negação da existência do negro a partir da idéia de que todos os brasileiros são iguais, pois somos miscigenados.

(...) A 'invisibilidade' do processo de discriminação racial reaviva o mito da democracia racial brasileira, impedindo uma discussão séria, franca e profunda sobre as relações raciais brasileiras e, mais do que isso, inibe a implementação de políticas públicas específicas para os negros. Aliás, a negação da existência dos negros ou, se quiser, a sua desumanização, é essência do racismo. E é essa negação dos negros enquanto seres humanos que tem nos 'anestesiado' quanto às desigualdades raciais. Esses fatos têm um enorme peso no momento de se decidir sobre política adotar para solucionar a discriminação racial a que estão submetidas os negros. (SANTOS, 2005;14)

Enquanto a sociedade qualifica os brasileiros como um povo mestiço, alguns negros acabam sendo influenciados e acabam acreditando realmente que não são negros, com isso passam pelo processo de negação da própria identidade para serem aceitos na sociedade. Há uma enorme deturpação da história do negro pela cultura branca dominante. A história mostra personagens brancos enaltecidos enquanto os não brancos são esquecidos. Mesmo que ao longo da nossa história tenham surgido personagens negros que lutaram contra essa dominação branca e conseguiram romper com essa invisibilidade, não são enaltecidos. Esses negros que conseguiram de certa forma fazer parte da história do Brasil, em sua maioria, são desconhecidos pelos próprios negros. Segundo OLIVEIRA (2006) esse quadro de invisibilidade começa a mudar quando se fala sobre o tema em questão.

(...) podemos perceber que a historiografia começa a destacar alguns vultos negros, principalmente Zumbi. Mas ainda é pouco para a contribuição dos negros para a construção do Brasil (...) Falar dos vultos negros é contribuir para dar visibilidade ao negro na sociedade brasileira. (OLIVEIRA, 2006;7)

Porém quem faz parte da elite cultural é a elite branca e para essa elite não interessa divulgar a intelectualidade de alguns negros. O interessante para a elite dirigente, composta majoritariamente por brancos é mostrar um povo negro resignado, isso faz com que a mudança no quadro da representatividade social não mude sua cor, permanecendo o negro em posição de inferioridade e submissão.

Entretanto é necessário destacar a importância da escola para a afirmação dos negros na sociedade brasileira. A escolarização do negro tem sido lenta e

gradual, porém é a única maneira de inserção do negro na sociedade que hoje ainda é domínio de uma elite branca, como afirma BRANDÃO (2000) “(...) a escolarização fará com que os negros descubram sua identidade negra e passem a se apropriar de seus direitos, dessa forma, ultrapassaram as barreiras impostas à sua ascensão social e intelectual” (p.09).

O negro ao longo da sua história tem sido considerado inferior dentro da esfera social, porém, algumas mudanças têm contribuído para que esse perfil comece a ser modificado. Uma das mudanças significativas foi a Lei 10639/2003<sup>11</sup> que altera o artigo 26ª da atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB), contendo determinações legais sobre o currículo do Ensino Fundamental e Médio.

Essa Lei tem implicações na formação dos profissionais da educação, até então desprovidos de conhecimento que a referida Lei pressupõe. Outras mudanças que vivenciamos e têm contribuído para que os negros tenham acesso à educação são; as políticas de ações afirmativas. Todavia, sabemos que as chamadas políticas de ação afirmativa são muito recentes na história da ideologia anti-racista, elas visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua condição de vítimas do racismo e outras formas de discriminação. Tendo Costa Pinto( 1998: 158) como referência, Brandão , Silva e Marins procuram compreender o porquê das políticas de ações afirmativas serem tão importantes para mudar a formação da pirâmide social.

“Costa Pinto<sup>12</sup> (1998), por exemplo, observou nos estereótipo associados à população negra a ponta de lança de um círculo vicioso pelo o qual a situação de classe dos negros frustra e atrofia seu desenvolvimento cultural para, convenientemente, servir de justificativa à idéia de sua inferioridade biológica. (...). A pirâmide educacional reproduz a pirâmide de classes e nesta, por sua vez, a história desenhou a escala de gradação dos matizes que se hierarquizam do ‘doutor branco, que está no vértice, ao ‘preto ignorante’, que está na base” (SILVA, BRANDÃO e MARINS, 2009, p.29)

Ainda segundo Costa Pinto, a elevação da escolaridade da população negra seria um dos indicadores positivos do processo de industrialização e urbanização da década anterior, ele acredita que a vida urbana tanto possibilitava a melhoria de

---

<sup>11</sup> Lei em anexo

<sup>12</sup> COSTA PINTO, L.A. O Negro no Rio de Janeiro: Relações de raça numa sociedade em mudanças. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 1998

nível cultural dos negros, quanto servia para gerar uma elite intelectual diferenciada no interior do próprio grupo de negros.

Em contrapartida o autor relaciona o envolvimento dos negros mais instruídos com os movimentos sociais reivindicatórios pelo fato de terem de certa forma uma maior compreensão da questão do negro na sociedade brasileira, tendo em vista todas as experiências vividas por esses grupos.

## CAPÍTULO II

### **As dificuldades na escolha do curso na graduação.**

Os conceitos e as classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento. É nesse sentido que o conceito de raça e a classificação da diversidade humana em raças teriam servido. Infelizmente desembocam numa operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo. Munanga( pág. 18 )

A educação é a base para se determinar as diversas características socioeconômicas da população. Ela define as oportunidades de emprego e de renda, e afetam decisivamente as condições de bem estar e a inserção econômica e política dos sujeitos. Baseando-se nessas idéias podemos entender a dificuldade encontrada pelos negros na hora de se identificarem e se constituírem na sociedade brasileira. Segundo Delcele (2002) em estudos realizados em várias Universidades Federais do Brasil contabilizou-se que o negro ao escolher seu curso tende a escolher um que seja de menor prestígio, procurando sempre fazer a opção à relação candidato/vaga sem muita das vezes se preocupar com a sua vontade ou seu desejo de cursar determinada carreira. A autora ao abordar esse assunto salienta a idéia de que o negro no Brasil ainda sofre influência na hora de escolher o curso e a profissão, isso acontece por não se sentirem preparados para disputar uma vaga nos cursos ditos de elite com alguém que tenha estudado a vida inteira em colégios particulares e se preparou para ocupar uma posição de destaque. A população negra também não se interessa em dar continuidade aos estudos após a graduação por achar que tendo terminado a graduação terá mais oportunidade de emprego e uma maior condição de concorrer a uma vaga no mercado no trabalho. Para SILVA, BRANDÃO e MARINS, (2009: 43);

“Um primeiro aspecto que chama a atenção na produção das desigualdades raciais, potencialmente determinantes para o grau de ascensão ulterior alcançado por indivíduos em vias de formação universitária, diz respeito às escolhas feitas pelos agentes no instante da inscrição para o vestibular”.



Os autores citados acima destacam a interferências de alguns fatores sobre as escolhas e as trajetórias de ascensão de indivíduos negros aos cursos de formação universitária, pois além do problema discriminatório que sofrem, os estudantes negros também passam por problemas econômicos que são evidenciados pelo acesso precoce ao mercado de trabalho. Essa inclusão de certa forma adia o ingresso ao curso superior. (2009, p.45) Como argumenta (HASENBALG, VALLE e SILVA, 1988) <sup>13</sup>;

As práticas discriminatórias, a evitação de situações discriminatórias e a violência simbólica perpetrada contra não-brancos se reforçam mutuamente, fazendo com que normalmente negros e mulatos regulem suas aspirações de acordo com o que é culturalmente imposto e definido como o “lugar apropriado” para pessoas de cor. (Apud. SILVA, BRANDÃO, MARINS, 2009, 43)

Nesse sentido podemos constatar que a noção de raça que ainda permeia o imaginário social brasileiro tem sido utilizada para excluir os negros da sociedade intelectual e conseqüentemente das universidades, pois o negro continua sendo visto como inferior intelectualmente.

No caso específico da sociedade brasileira, essa sobreposição de uma identidade nacional às diferenças particulares de cor, r raça ou cultura tem sido descrita como o traço mais marcante do período pós-escravista. Do discurso de exaltação da mestiçagem- racial e cultural - chega-se à convenção da rigidez da estrutura de casses, herança colonial, como principal elemento limitador da ascensão social de indivíduos descendentes dos povos escravizados. (SILVIA, BRANDÃO, MARINS 2009, p.50)

Não existe sociedade onde ocorra igualdade de condições para todos os seus membros. Seria utopia acreditar que, no caso da educação brasileira, seria diferente. Em qualquer sociedade o sistema educacional se constitui em um poderoso agente de inclusão e de promoção da igualdade, como também pode atuar no sentido contrário, gerando, mantendo e ampliando a desigualdade. O caso brasileiro à educação não se apresenta de forma diferente, ora inclui e ora exclui principalmente o negro. Aqui, ao compararmos o perfil de escolaridade de negros e

---

<sup>13</sup> HANSENBALE, Carlos, VALLE e SILVA, Nelson do. Estrutura Social Mobilidade e Raça. Rio de Janeiro:IUPERJ: Vértice 1988

brancos fica claro que o sistema educacional não tem de forma alguma superado a desigualdade existente entre negros e brancos no tocante a educação. São anos de exclusão que caracteriza a desigualdade educacional sofrida pela população negra brasileira.

Essa idéia de que o negro não é capaz é fruto de anos de depreciação da cultura e da identidade do negro na sociedade brasileira. Essa sobreposição de uma identidade nacional e às diferenças particulares de cor, raça ou cultura têm sido descrita como o traço mais marcante do período pós-escravista, se tornando elemento limitador da ascensão social dos descendentes dos povos escravizados. Segundo Florestan Fernandes (1965),

“(…), a cor não é um elemento importante na percepção e na consciência racial do mundo do branco. Até agora, ele nunca se sentiu ameaçado pela desintegração da escravidão e pela competição ou conflito com negros e mulatos. O branco só percebe o negro ou o mulato e tem consciência dele quando enfrenta uma situação concreta, inesperada, ou quando a sua atenção é dirigida para questões relacionadas com o problema da cor.”

Todavia é importante ressaltar que as ações afirmativas têm contribuído para promover uma relativa evolução na educação da população negra brasileira. Porém, aumentar a presença dos negros nos cursos de pós-graduação não é suficiente para alterar o padrão em que se baseia a educação brasileira, mesmo porque a elite de mestres, doutores, e burocratas que decidem os nossos destinos é branca e não está nem um pouco preocupada com a ascensão da raça negra, ainda vista por eles como inferior, pois sabemos que ainda persiste a visão eurocêntrica aliada ao interesse do capital e das ideologias políticas - ideológicas.

Assim, apesar de alguns segmentos da sociedade reconhecerem a absoluta exclusão do negro das universidades, especialmente das públicas e, apesar do pequeno número de estudantes da rede pública conseguirem chegar à graduação; a idéia de se reservar vagas em universidades mantidas pelo Estado ainda encontra resistência na sociedade e no meio acadêmico. A idéia do mérito aponta para uma ideologia que diz que a culpa pelo não sucesso de um indivíduo negro é do próprio indivíduo e não o reflexo de uma trajetória de discriminações raciais e desvantagens sócio-econômicas. A história brasileira nos mostra que a trajetória do negro sempre esteve atrelada a uma vida de submissão e de opressão que foi amenizada com o

surgimento do Movimento Negro que teve papel fundamental e de vital importância para a discussão das relações raciais brasileiras no final do século XX e início do século XXI.

O fato das universidades públicas, hoje serem consideradas abrigo de uma classe privilegiada (oriunda da rede particular de ensino) faz surgir à necessidade de políticas de ação afirmativa para o ingresso e permanência do negro no ensino superior. Tendo em vista que os alunos oriundos da rede pública de ensino (em sua maioria, negros e carentes) não conseguem, com facilidade, a tão sonhada vaga nas universidades públicas.

Dados mostram que o ensino superior ainda se mantém distante das camadas mais pobres da sociedade; composta majoritariamente por negros. Podemos ter a confirmação através das pesquisas feitas por (Silva, Brandão e, Marins) no MEC/INEP<sup>14</sup> mostram alguns dados de 2003.

”(...) em 2003, nada menos que 2.270.466 matrículas no ensino superior brasileiro estavam no turno da noite ( o que representava 58,41% do total do das matrículas); no entanto, as instituições públicas eram responsáveis por apenas 17,93% desses estudantes ( o que totalizava 407.257 alunos). Dos números apresentados acima, sobressai a percepção de uma lógica que informa o ensino superior brasileiro como restrito e elitista, com poucas tendências em contrário. (...) O aumento do nível de concorrência pode estar nos indicando que a universidade pública no Brasil tende a se manter fechada às camadas sociais mais pauperizadas que acumulam maiores dificuldades de competir com aqueles que chegam ao momento do vestibular com vantagens sociais e educacionais. Esse fechamento não termina (...) na questão do ingresso. Uma vez vencida esta etapa, e acessada a universidade pública, os alunos oriundos das camadas mais pobres enfrentam problemas relacionados com a permanência. Em torno dessa questão situam-se condicionamentos diretamente econômicos e outros de matriz cultural. Esta combinação redundante também em dificuldades de obtenção de sucesso acadêmico”. (SILVA, BRANDÃO, MARINS, p.14)

Sendo assim a graduação tem se tornado o fim da caminhada acadêmica para a maioria da população negra, pois passar no vestibular para eles já é, em si, uma vitória. Sabemos que a demanda do vestibular se expressa na relação candidato/vaga. Essa demanda mostra o prestígio do curso e, por conseguinte a quantidade de negros que participam do vestibular, mesmo para os cursos ditos de menos prestígio.

---

<sup>14</sup> INEP ( Instituto Nacional de Estudos Estatísticas e Pesquisas) MEC ( Ministério da Educação e Cultura)

Do ponto de vista político, acadêmico e legislativo, o mito da democracia racial vem sendo questionado há décadas. Embora a discriminação racial tenha sido considerada crime inafiançável e imprescritível, no censo comum, o mito da democracia racial permanece inalterado, pois não se efetiva a existência de discriminação, sendo assim a idéia do mito permanece viva no imaginário da sociedade e prejudicando de certa forma a implementação de ações que visam à inserção do negro no meio acadêmico.

A desigualdade que marcam atual sociedade sejam elas raciais, de gênero e outras fazem nascer à idéia de que as políticas de ações afirmativas é a porta de entrada para o reconhecimento da necessidade de resolver o problema imediato, ou seja, buscar a igualdade seja por cota ou por qualquer outra medida que possibilite a igualdade entre grupos historicamente discriminados na sociedade brasileira.

Sendo assim fica evidente a necessidade de tornar visível todas as formas de ação afirmativa que possibilite a igualdade etnico-racial do povo brasileiro. O objetivo das ações seria de corrigir desvantagens provocadas pela discriminação até que essas desvantagens não causem mais prejuízo para a população afro-descendentes.

A discussão em torno da ação afirmativa no Brasil tem a participação ativa do movimento negro organizado que se apresenta através de um conjunto de iniciativas de natureza política, educacional, cultural e de denúncias evidenciadas principalmente a partir da década de 80.

### CAPÍTULO III

#### **O negro e o ensino superior: ações afirmativas contribuindo para democratizar e expandir as ofertas das vagas na pós-graduação para a população negra.**

As políticas de ações afirmativas já são uma realidade na educação brasileira. Por isso, não cabe à sociedade discutir quem é contra ou a favor da implementação de políticas de correção das desigualdades raciais na educação superior. As ações afirmativas (...) como uma política de acesso à educação superior voltada para a inserção de jovens negros, que foram e ainda são discriminados racialmente(..) vale ressaltar que esse processo é resultado de uma luta histórica e árdua constante do movimento negro, da comunidade negra em geral e de outros profissionais e intelectuais anti-racista que se posicionam publicamente e politicamente contra o racismo e as desigualdades raciais (GOMES,2005:251)<sup>15</sup>

Alguns autores retratam a situação do negro no ensino superior tomando como referencial a graduação, porém ao dar início a esta pesquisa constatamos que o mestrado e o doutorado ainda são uma utopia para a maioria dos negros no Brasil. O que nos levou a essa conclusão? Foram as dificuldades em encontrar material que falasse sobre este assunto no meio acadêmico e, principalmente, fora dele.

Pesquisas mostram que a presença da população negra nas universidades brasileiras é muito inferior a da população branca, conforme dados do Censo 2008 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o que podemos verificar na tabela abaixo:

---

<sup>15</sup> Nilma Lino Gomes: Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo – USP. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenadora do Programa de Ações Afirmativas da UFMG. Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN

Tabela 1: Proporção das pessoas de 25 anos ou mais de idade que concluíram curso superior, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Proporção das pessoas de 25 anos ou mais de idade que concluíram curso superior (%)		
	Total (1)	Cor ou raça	
		Branca	Preta ou Parda
Brasil	9,7	14,3	4,7
Norte	6,3	10,3	5,0
Nordeste	5,7	10,2	3,8
Sudeste	11,8	16,2	5,0
Sul	11,3	12,9	4,3
Centro-Oeste	11,1	16,1	7,2

Fonte: IBGE Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – 2008

Nota: Inclusive mestrado e doutorado

(1) Inclusive amarela, indígena e sem declaração

Porém, há uma expectativa de que o censo 2010 consiga mostrar outra realidade, ou seja, uma mudança significativa nesses dois anos. Essa mudança vem ocorrendo graças a políticas de ações afirmativas focalizadas nas populações discriminadas (negros, índios e deficientes).

Segundo GOMES (2005:49),

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade.

Enfim, as políticas de ações afirmativas tem tornado possível o acesso de uma parte da população negra ao ensino superior, entretanto o negro no Brasil ainda não conseguiu romper com a barreira da discriminação racial e social. A dificuldade de acesso e permanência na universidade é maior na população negra. Para Gomes (2005), as ações afirmativas constituem um remédio contra a exclusão da população negra, Para ele é indispensável uma conscientização da própria sociedade e das lideranças políticas "(...) é preciso uma ampla conscientização sobre o fato de que a

marginalização socioeconômica a que são relegados às minorias, especialmente as raciais, resulta de um único fenômeno: a discriminação”. (p.52)

Autores como, Silva, Brandão e Marins e outros, têm tratado em suas obras temas relacionados às dificuldades que os negros encontram para chegar à universidade e também para se manterem na mesma. Existem várias discussões em torno de alguns temas polêmicos tais como: dificuldades de acesso e de permanência do negro na universidade, as ações afirmativas<sup>16</sup>, e os benefícios que o sistema de cota proporcionou e proporciona, enfim, todas as questões que envolvem preconceito, discriminação e negação da identidade negra.

A população negra tem sido explorada, no Brasil, como mão de obra não pensante. Verificamos isso quando analisamos os trabalhos em que a maioria dos negros estão alocados, são trabalhos que, em sua maioria, não requerem instrução de qualquer nível, principalmente o nível universitário, porém felizmente esta realidade vem mudando nas últimas décadas e o perfil intelectual da população negra, também. O direito a educação superior para os negros vem transformando, ainda que timidamente, os espaços acadêmicos.

O movimento negro organizado tem sido de vital importância para que boa parte da população negra tenha consciência de seus direitos perante a sociedade, combatendo o preconceito racial, as práticas racistas através de reivindicações, de mobilizações e de pressão política. O principal objetivo desse grupo é lutar pela cidadania plena para todos os brasileiros, em particular os afro-descendentes. Portanto a inserção do negro na universidade tem ocorrido de maneira gradual, o movimento negro tem contribuído para que esse direito seja garantido, no entanto, não basta colocar o negro na graduação, é necessário que haja incentivo para que ele curse uma pós-graduação. A pós-graduação traz uma ascensão social e intelectual que poderá tornar o negro tão competitivo quanto o branco na disputa por uma vaga no mercado de trabalho.

---

<sup>16</sup> “Ação afirmativa no Brasil: um debate em curso”, de Carlos Alberto Medeiros, oferece um panorama da ação afirmativa, do aparecimento dessa expressão nos Estados Unidos, na década de sessenta, até as medidas recentemente adotadas no Brasil – e a polémica por elas suscitada. Mostra também as diferentes políticas dessa natureza implementadas em diferentes sociedades, incluindo as precedentes na própria legislação brasileira, bem como discute seus fundamentos jurídico - filosóficos e apresenta um resumo da discussão que ora se trava, com os argumentos favoráveis e contrários. Pretende, assim, contribuir para um debate que, apesar dos termos acalorados com que se costuma travá-lo entre nós, prossegue marcado pela desinformação. (Santos, 2009:25)

Sendo assim, as ações afirmativas poderiam possibilitar ao negro o acesso a pós-graduação, tendo em vista que muitos cursos de pós-graduação são de dedicação exclusiva e o estudante negro que em sua maioria é pobre e não pode deixar de trabalhar para se dedicar a um curso que requer dele uma dedicação muito maior do que a que ele desempenhou na graduação.

Alguns cursos são pagos e o aluno negro que já cursou com dificuldade a graduação não vislumbra a possibilidade de, ao término da mesma, dar continuidade num curso de pós-graduação, principalmente se esse curso for pago. Para maioria o objetivo após a formação é trabalhar para garantir o seu próprio sustento e o de sua família.

O aluno negro quando chega ao vestibular descobre que o que aprendeu ao longo de sua vida não o qualifica para ter acesso a uma universidade pública. Essa defasagem em sua aprendizagem é uma consequência de ter estudado em escolas que não proporcionaram uma bagagem suficiente para que ele seja aprovado no vestibular. Essa defasagem torna o acesso ao ensino superior desigual.

Segundo, SILVIA, BRANDÃO, MARINS, (2009:96)

De fato, aqueles que cursaram de forma integral o ensino médio em escolas pública configuram somente 31,9% dos inscritos no vestibular da UFF. (...)O aluno que cursou o ensino médio público obteve durante sua trajetória poucas informações relativas ao ensino superior. Além disso trata-se de um contingente que advém de parcelas mais pobres da população e que em geral tendem a procurar com menor frequência o ensino superior: seja porque necessitam ingressar rapidamente no mercado de trabalho, seja porque de acordo com seu 'senso prático' este caminho não é o mais adequado.

Muitos dos negros que conseguem terminar a graduação desconhecem ou não se interessam em saber como é a pós-graduação. Desconhecem até mesmo que só pode ser chamado de mestre quem fez mestrado e de doutor quem fez doutorado. No Brasil, a educação superior é dividida em cinco modalidades de cursos:

- ✓ Sequenciais (formação específica ou de complementação dos estudos);
- ✓ Graduação (bacharelado e licenciatura);
- ✓ Graduação tecnológica (formação de tecnólogo);



✓ Pós - graduação (mestrado e doutorado).

As instituições de ensino superior são públicas ou privadas. Vale ressaltar que as instituições públicas são criadas e mantidas pelo poder público nas três esferas: federal, estadual e municipal.

As instituições privadas são criadas e mantidas por pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, porém algumas instituições particulares têm recebido verbas do Governo Federal para alocar em seus cursos alunos oriundos do Prouni e do Sisu nos cursos de graduação.

Nas instituições públicas, o ensino superior de graduação e pós-graduação *stricto sensu* nem sempre é gratuito, mas deveria ser pela norma constitucional. Já em relação à pós-graduação *lato sensu*, diversas dessas instituições cobram mensalidades de seus alunos, o que é objeto de crítica por parte de profissionais da educação, além de constituir prática de duvidosa legalidade.

No que se refere às instituições privadas, há a cobrança de mensalidades tanto na graduação quanto na pós-graduação possibilitando que alunos de diferentes classes econômicas tenham acesso ao ensino superior. Além disso, existem programas de incentivo (bolsas de estudo) oferecidos tanto pelo Governo Federal, na forma do Prouni, como pelos governos estaduais, como por exemplo: O Programa Escola da Família em SP, além disso, várias instituições possuem programas internos de bolsas de estudo. Com tudo isso, vale lembrar que ainda assim existe uma falta de representatividade da comunidade negra no complexo de ensino superior e pesquisa no Brasil. Isso reflete no quadro de docente em sala de aula e no número de pesquisadores negros brasileiros.

No dia 14 de maio de 2010, o ministro Eloi Ferreira de Araujo<sup>17</sup>, anunciou que o Governo Federal criará 250 bolsas de pós-graduação para estudantes pretos ou pardos. O anúncio fez parte das comemorações pelos 122 anos da Lei Áurea<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Eloi Ferreira de Araújo - Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

<sup>18</sup> Lei Áurea – marcou o fim da escravidão no Brasil em 1888. De acordo com a Agência Brasil, o ministro destacou que, apesar de o sistema de cotas não ser obrigatório no Brasil, 91 universidades públicas adotam a reserva de vagas no vestibular para alunos negros. Eloi Ferreira anunciou também a ampliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), conduzido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Segundo o ministro, o número de estudantes negros atendidos pelo Pibic subirá de 600 para 800. Outra iniciativa da Seppir divulgada ontem é a criação de um selo para premiar escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio que cumpram a Lei n.º 10.639, de 2003.

O ministro informou que bolsas de mestrado e doutorado serão concedidas especialmente a alunos de pós-graduação que tenham ingressado em instituições de ensino superior com base em critérios de ação afirmativa ou que tenham sido bolsistas do Programa Universidade para Todos (Prouni), destinado aos jovens de baixa renda. A iniciativa é resultado de parceria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com o Ministério da Educação.

Notícias como essas deveriam ter uma maior divulgação no meio acadêmico. Segundo a Capes, “um edital será publicado oferecendo 200 bolsas para mestrado e 50 para doutorado em 2010; e mais 200 para mestrado e 50 para doutorado para 2011. As bolsas terão o valor padrão da Capes - R\$ 1.200 mensais para alunos de mestrado e R\$ 1.800 para os de doutorado”. Elas serão destinadas a instituições de ensino com programas de pós-graduação aprovados pelo MEC e que adotem ações afirmativas em seus cursos de graduação. De acordo com a Capes, caberá a cada instituição de ensino aderir à proposta e selecionar os bolsistas. Eloi Ferreira aproveitou para defender a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial<sup>19</sup>, atualmente, o Prouni reserva parte de suas bolsas para candidatos auto declarados indígenas, negros e pardos. O percentual da reserva varia entre os estados, acompanhando a proporção dessas populações segundo o censo do IBGE. No Brasil, apesar de a reserva de vagas não ser obrigatória, 91 universidades públicas têm cotas para estudantes negros. Diante desta notícia vemos a possibilidade de inclusão da população afro-brasileira na educação e pesquisa, promovendo assim a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política da História do Brasil.

A UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro foi à primeira universidade pública de reconhecimento nacional a adotar a política de reserva de vagas para negros. De acordo com informação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Tereza Goudard Tavares – Diretora da FFP neste ano de 2011 –, esta é a única unidade acadêmica da UERJ que oferece todos os cursos de pós-graduação inteiramente gratuitos.

---

<sup>19</sup> Estatuto da Igualdade Racial essa lei está sendo analisada no congresso. Essa lei será como um segundo artigo da Lei Áurea. Ela garante o respeito às religiões de matriz africana e garante a possibilidade acesso à terra aos remanescentes quilombolas.

Ainda segundo Eloi Ferreira, “as ações afirmativas ajudam a corrigir injustiças e as distorções históricas”. A promulgação da Lei Áurea não foi acompanhada de uma inclusão educacional, habitacional e isso faz com que até hoje o negro continue na base da pirâmide social”. Também foi anunciado o lançamento de um selo para identificar as escolas que incluem, em seus currículos, assuntos como história do povo negro e suas contribuições culturais, econômicas e sociais para o Brasil. A entrega dos selos será em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.<sup>20</sup>

São várias as conquistas alcançadas pela população negra, o que não impede que percebamos também inúmeras decepções encontradas no caminho para os que buscam uma proposta de justiça e igualdade. Depois de transitar por sete anos no Senado, no dia 20 de julho de 2010 foi sancionado o Novo Estatuto de Igualdade Racial pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, este estatuto foi criado para estabelecer diretrizes e garantir os direitos à população negra. Entretanto na votação do estatuto os senadores retiraram do seu texto inicial, a referência sobre a criação de cotas que beneficiariam a população negra principalmente ao acesso à Universidade.

Entretanto o estatuto prevê a obrigatoriedade do ensino de História da África, reconhece a capoeira como esporte, destinando recursos para a prática, ressalta o direito da crença e cultos de matriz africana e determina que o poder público passe a tratar de programas e medidas específicas para a redução da desigualdade racial, entre outras questões. Após a votação, o coordenador executivo da ONG (Educafro), Frei Davi dos Santos, se manifestou quanto à decisão dos senadores em retirar do projeto de lei o artigo que fazia referências às cotas. Ele afirma:

“Isso revelou que um setor do Senado ainda está preso ao tempo colonialista onde o negro não pode gozar de seus direitos, onde, na compreensão deles, os negros têm que se contentar em ser mão-de-obra barata. Precisamos derrotar esse Brasil velho nas próximas eleições para garantir que brancos, negros e indígenas possam ter direitos iguais. (...) Tínhamos três opções: aceitar a redação manipulada, mentirosa e cruel do senador do DEM-GO, Demóstenes Torres<sup>21</sup> (presidente da Comissão); aceitar a redação elaborada em 2009, que não era a melhor solução, mas quebrava um galho ou acolher a redação que o próprio Senado discutiu internamente e votou em 2004.”

---

<sup>20</sup> (Notícia publicada em O Globo 14 de maio de 2010)

<sup>21</sup> Demóstenes Torres, senador do DEM de Goiás, que relatou o texto do Estatuto da Igualdade Racial aprovado no Senado O senador Demóstenes Torres já se declarou contrário às cotas no ensino superior.

Embora a aprovação seja um passo à frente para o Movimento Negro, Frei Davi, foi categórico:

“É uma ofensa a todos os senadores que votaram em 2004 e isso mostra quem manda no Senado. Muitos votaram com a faca no pescoço, contra a opção deles. Foi manipulado. um retrocesso essa redação que foi aprovada”, critica o coordenador da Educafro, o momento agora é de avaliação e novos projetos. A reserva de vagas em universidades para alunos de baixa renda e minorias raciais é a principal bandeira do movimento negro.

A falta de divulgação na mídia sobre os direitos garantidos por lei e os direitos que estão sendo conquistados pela população negra não difunde o debate da necessidade de igualdade através das ações afirmativas. As notícias chegam de maneira deturpada, de tal forma que a própria população negra se recusa a aceitar as garantias conquistadas pela luta do movimento negro.

Uma coisa é certa, nenhum indivíduo que deseja galgar novos horizontes ou melhorar na sua carreira pensaria em dispensar a oportunidade de cursar uma pós-graduação gratuita.

Fazer ou não uma pós-graduação após o término da graduação? Muitos estudantes negros sequer vislumbram essa possibilidade. A falta de informação sobre a pós no meio acadêmico e a dificuldade que encontraram em cursar a graduação não os motiva a darem mais este passo.

Entre os estudantes negros que estão terminando a graduação, a maioria, não pretende fazer a pós, pretendem apenas concluir o curso de graduação para tentar entrar para o mercado de trabalho através de concurso público. Com isso a formação de mestres e doutores negros fica cada vez menor. A profissão exige um tipo de pós. Primeiro é preciso saber o que se quer da vida. Não adianta sonhar com um cargo de comando numa companhia sem ter um MBA, se o objetivo é aprofundar conhecimentos e melhorar o desempenho profissional, o melhor é fazer um curso específico. “Já mestrados e doutorados são mais indicados para quem deseja seguir a carreira acadêmica”, explica José Antônio Rosa<sup>22</sup> que o curso de especialização, mestrado (acadêmico ou profissional) e o curso de doutorado são muito diferentes. Para começar, mestrado e doutorado fazem parte das pós *Stricto Sensu*. A principal

---

<sup>22</sup> Consultor da Manager Assessoria em Recursos Humanos, professor de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e do Instituto Nacional de Pós-Graduação (INPG).

função destes cursos é formar pesquisadores e professores universitários. Eles são avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Especializações - dentre elas, o MBA<sup>23</sup> por outro lado, são pós-graduações *Lato Sensu* - voltadas ao mercado profissional, com um objetivo técnico-profissional específico. Em comum, todas as pós-graduações exigem do candidato o diploma de graduação reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

As universidades têm ampla liberdade para montar e administrar seus programas de pós graduação. Por isso, nem sempre existe uma regra fixa para a duração do curso e os requisitos exigidos do candidato. A seguir você encontra uma breve descrição das várias modalidades de pós-graduação, com informações sobre as práticas mais comuns.

MBA ou M.B.A, Master of Bussiness Administration é um curso de especialização na área gerencial e administrativa. O MBA Executivo tem perfil generalista. Mas existem outros cursos, voltados para determinados aspectos, como finanças, recursos humanos, marketing e tecnologia da informação. A duração do curso varia entre um e dois anos. Para o certificado ser reconhecido, também precisa ter um mínimo de 360 horas-aula. Para se candidatar a uma vaga, o aluno em geral precisa ter no mínimo três anos de experiência no mercado. Cursos mais avançados podem pedir até oito anos no cargo de gerente ou diretor. Há entrevista, análise de currículo e prova. As ferramentas e os instrumentos usados em aula são conhecidos por quem trabalha na área de gestão: planilhas de custo, análise de casos reais, planejamento de marketing e softwares de finanças. Boa parte do curso consiste em apresentar trabalhos e participar de debates. O aluno, ao final do curso, apresenta um trabalho de conclusão. Especialização é para quem precisa se aperfeiçoar ou se atualizar em algum aspecto técnico-profissional de sua rotina de trabalho. Tem a duração de um a dois anos. Para que o certificado seja reconhecido pelo MEC, o curso deve ter carga horária mínima de 360 horas-aula.

O processo seletivo inclui entrevista, apresentação do currículo, dependendo da instituição, passar numa prova, neste caso a aluno deve ter o diploma de graduação reconhecido pelo MEC. Algumas instituições adotam testes realizados por associações de classe, que medem o conhecimento que o candidato tem de sua

---

<sup>23</sup> MBA - *Master of Business Administration*

área de conhecimento e sua maturidade profissional. Para receber o certificado, o aluno deve apresentar e ter aprovada monografia sobre algum tema abordado durante o curso.

O Mestrado Profissional é um curso voltado para quem deseja dominar metodologias de pesquisa e aprofundar conhecimentos específicos de sua área de atuação, mas com foco no mercado de trabalho. O diploma também dá direito a seguir carreira acadêmica, tem duração de dois anos, em média. Os critérios de admissão variam muito de uma instituição para outra, em geral os cursos exigem que o candidato faça uma prova, apresente currículo, projeto de pesquisa, carta de recomendação, aplicação de uma entrevista e ter o domínio de uma língua estrangeira. Geralmente neste tipo de mestrado a maioria dos profissionais é de uma mesma área de atuação, o que permite grande troca de experiências profissionais o que facilita o desenvolvimento das ideias/reflexões e elaboração de trabalhos em grupo.

Já o Mestrado Acadêmico é indicado para quem tem perfil eminentemente acadêmico, é formação para quem quer seguir carreira em ensino e pesquisa. Tem duração média de dois anos e meio. O processo seletivo varia entre as diversas instituições de ensino. No geral, o candidato submete o currículo à análise, apresenta um projeto de pesquisa e participa de uma entrevista. É comum ter de fazer uma prova de conhecimentos específicos e gerais, além de demonstrar domínio de pelo menos um idioma estrangeiro. Você pode não ter aula todos os dias, mas deve participar ativamente das atividades do departamento que oferece o curso - eventos, congressos, conferências e palestras. Para a obtenção do diploma o aluno deverá defender uma tese.

Doutorado é um curso voltado para quem quer seguir a carreira universitária, como pesquisador e professor e tem a duração de quatro a cinco anos, em média. O processo seletivo se dá por análise de currículo, projeto de pesquisa, entrevista, e em alguns cursos o aluno poderá fazer uma prova. O aluno também deverá escrever e falar fluentemente duas línguas estrangeiras.

Mas sendo o meio acadêmico, valores como a qualidade e a exatidão das informações são essenciais, tanto nos diálogos com professores e orientadores, quanto na elaboração e apresentação dos trabalhos. Em algumas universidades, o aluno pode ser convocado para atividades programadas, como estágio.

Sendo a maioria dos estudantes negros oriundos de escolas públicas e pertencente a uma parte da sociedade que não dispõem dos meios de produção precisando nesse sentido trabalhar para ter acesso a meios de sobrevivência fica claro o porquê da dificuldade de encontrarmos no meio acadêmico um quantitativo de mestres e mais difícil ainda doutores negros que representem a parcela majoritária da população brasileira. Não poder se dedicar exclusivamente, não ter "capital cultural"<sup>24</sup> são agravantes excludentes que corroboram para que essa parcela da sociedade dê como concluído os estudos na graduação, tendo em vista a ampla concorrência e os pré-requisitos.

---

<sup>24</sup> A repercussão dos registros de Bourdieu sobre a construção do conceito "capital cultural" constitui uma hipótese derivada do fato de que, a noção de "capital cultural" não se dissocia dos efeitos da dominação. Isto porque o "espaço social" para Bourdieu é um espaço de lutas, por isso a importância das estruturas simbólicas (como a cultura) como exercício da legitimação e da hegemonia de um grupo sobre os outros.

## CAPITULO IV

### A busca por uma “Consciência da Negritude”

Canto da Gente Negra

Salve! Salve! Hora gloriosa em que aponta no país,  
 Esta aurora luminosa que fará a pátria feliz.  
 Os herdeiros dos Lauréis, do trabalho, a ciência, a guerra,  
 Surgem nobres e fiéis pelo amor da Pátria Terra.  
 Gente Negra, Gente Forte, ergue a fronte varonil.  
 És a impávida coorte - Honra e glória do Brasil.  
 São do sangue escravo herdeiros, de Tupis e de Africanos,  
 Que confiantes brasileiros bradam soberbos e ufanos.  
 Cesse a voz dos preconceitos! Caia a bastilha feroz,  
 Que o valor dos nossos feitos rugem altivo dentro em nós.  
 Nossa cor é o estandarte que entusiasma Norte e Sul;  
 Une a todos para o marte sob o cruzeiro azul.  
 Ouve – os clarins dos PALMARES vêm falar da pátria nova!  
 Ressoa o clamor nos ares chamando os bravos à prova!  
 Seja o toque da alvorada que diga a todos – “Reunir”,  
 E a Nação alvoroçada, corra à voz de ressurgir.  
 HINO DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA  
 CANTO DA GENTE NEGRA

A partir de meados da década de 1970 a busca por uma consciência da negritude em oposição ao “branqueamento” e a idéia de “democracia racial” fortaleceu na população negra a vontade de se apropriarem de uma “Identidade Negra” positiva. Segundo Pereira (2010) a participação do Movimento Negro Organizado na busca de uma Identidade Positiva, promoveu mudanças que se refletem até hoje. Ele considera o “movimento negro organizado como um movimento social que tem como particularidade a atuação em relação a questão racial”. Para ele a formação do Movimento Negro,

‘(...) é complexa e engloba o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais etc.; o que faz da diversidade e da pluralidade característica desse movimento social.’  
 (PEREIRA, p. 81)



Ainda, conforme Pereira, não existe uma singularidade nos movimentos sociais, sendo assim o Movimento Negro também não é singular, teve seu início já na chegada dos primeiros negros ao Brasil trazidos da África e tratados aqui como escravos, que já nessa época faziam uma oposição a opressão e a exploração a que eram submetidos. Não havia um movimento organizado como acontece hoje, pois a população negra da época não tinha “Consciência da Negritude”.

Várias ações dos participantes do movimento sociais acabaram por dar legitimidade a luta por igualdade no final do sec. XIX e começo do sec. XX, proporcionando assim uma nova roupagem ao movimento. Conforme Pereira (2010),

“O trabalho de pesquisa mais denso, e com maior repercussão, que se dedicou à formação de “movimentos sociais do meio negro” no início do século XX, foi certamente A integração do negro a sociedade de classe, de Florestan Fernandes, publicado em 1965.” (pg. 85).

As décadas de 20 e 30 do século XX foram marcadas pelos ideais eugenistas, de embranquecimento ao mesmo tempo em que se pregava o mito da democracia racial, segundo o qual as diferentes etnias convivem na mais perfeita harmonia. Contudo a história mostra que os negros não eram passivos diante da exclusão a eles imposta. Através de movimentos, os negros lutavam pela educação que lhes deveria ser garantida pelo estado, mas não era. Já naquela época os negros já se reuniam em busca de direitos e de conquistas. As décadas seguintes foram de muitas lutas e conquistas,

“(…) Foram épocas de transformação social, de construção de uma ‘nova sociedade onde todos realmente participem’ está diretamente ligado ao movimento histórico e ao contexto social no qual ela surge. Durante a ditadura militar, que se estabeleceu no Brasil a partir de 1964 e no bojo do processo de Abertura iniciado dez anos depois, e facilmente observáveis, no seio da militância negra que então se constituía um enfático discurso de transformação das relações sócio-raciais.”

Esse discurso segue até hoje, conseguindo conscientizar uma grande parte da população Negra que tem procurado tomar consciência de sua negritude na

medida em que reivindica seus direitos sócias. Hoje essas lutas estão alicerçadas no movimento negro, e em todas conquistas alcançadas.

## Capítulo V

### Entrevistas aos professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro- FFP

Na busca por resposta a tantas indagações sobre a ascensão do negro na pós-graduação elaboramos duas perguntas que foram feitas a professores doutores da UERJ-FFP. A princípio foram quatro professores que receberam o questionário, porém apenas dois responderam as perguntas. Descobrir qual o papel do Movimento Negro na vida desses doutores é primordial para entendermos a importância do MV na intelectualidade dos negros brasileiros.

Sabemos que o acesso a educação sempre foi uma das principais bandeiras de luta do MN ( Movimento Negro), que tem lutado para garantir a população negra( pretos e pardos )uma educação de qualidade, para que o negro possa conviver em uma sociedade mais justa e democrática. Nesse sentido foram várias as conquistas em benefício da população Negra que podemos atribuir ao MN, porém a meu ver essas contribuições não têm o destaque que merece na mídia, sendo assim, a maioria da população negra desconhece que os MN são espaços organizacionais em que os negros se unem para conhecer mais sobre sua cultura, refletir sobre sua situação de exclusão e criar estratégias de combate ao racismo por uma luta pela cidadania.

A maioria das conquistas que beneficiam o negro, não são atribuídas ao MN e nem são divulgadas, como deveriam e a população negra acaba não tendo acesso a tais informação, pois como já foi mencionado anteriormente não são notícias que merecem destaque na mídia. Sendo assim a relevância das perguntas feitas aos mestres e doutores negros.

O questionário foi composto por duas perguntas abertas onde os professores podiam discorrer sobre suas idéias livremente.

1 - Qual a relação/influência que o Movimento Negro teve na sua formação intelectual?

2 - Intelectuais negros ou militantes negros. O que você pode falar sobre estas duas categorias?

Trataremos por Prof<sup>o</sup> I e Prof<sup>o</sup> II aos dois professores que gentilmente responderam ao questionário.

### Respostas da pergunta 1

#### Professor I

A análise da resposta do professor I sobre sua experiência é bastante expressiva de como o rompimento com o Mito da Democracia racial o fez passar por duas etapas: (a pessoal) conscientização de sua negritude e o enfrentamento do preconceito e (a social) através do engajamento em movimentos sociais como forma de luta para a sensibilização de outros negros e de brancos. Ele enfatiza que é necessário que o negro conheça a sua história e se perceba como negro num país que afirma a não existência do preconceito.

“Primeiro pensar que a história se faz junto com outros. A minha decisão de um dia fazer militância, veio junto com a percepção de que as atitudes que um dia era tão “normal”, em algum momento deixou de ser. Essa percepção, com certeza, não foi um achado, ela foi aprendida a partir do contato de alguém, com mais experiência. As experiências nos levam a juntar com grupos maiores do que a rede inicialmente conhecida. Acredito que é momento da política, da consciência; é momento da luta engajada, de perceber que a luta não é sua, mas de todos que pensam que a solução só poderá acontecer com os outros. É nesta hora que o “Eu” abre espaço para o “Nós”. É esse nós que o Movimento Social, ou seja, é sujeito da ação.

No meu caso, esse momento começou a existir no início da década de 1970, quando um veterano jogador de futebol, começou a mostrar que ser preto, necessariamente não precisava repetir a história de muitos que só tinha a construção civil, ser jogador de futebol, ou servente de loja. Dizia ele ‘leia tudo que puder, ganhe informação que você entenderá a sua história e a história de outros’. Foi o que fiz.

Alguns anos depois, para ser mais exato, cinco anos depois já entrava como calouro na UFF, quando conheci o ‘Grupo de Trabalho André Rebolças’, mas antes de ingressar na universidade conhecera aquela que desempenhou papel fundamental na vida acadêmica, Maria Beatriz do Nascimento, mentora do grupo e de alguns jovens acadêmicos.”

## **Professor II**

A universidade brasileira hoje, por ocasião do debate em torno das ações afirmativas passa a discutir a origem e desenvolvimento dessas idéias racistas. Podemos perceber o quanto ainda repercutem nos sentimentos e comportamentos das pessoas, sendo a família e a escola em todos os níveis, a nosso ver, algumas das principais agências responsáveis pela reprodução do preconceito, da discriminação e do racismo ainda sob a influência da democracia racial que não dá visibilidade ao negro. O professor II iniciou sua entrevista relatando que a dominação surge a partir das diferenças de classe. Para ele a desigualdade seria resultado da dominação das classes. Nesse caso os dominados seriam os negros, os indígenas, enfim todos que sofreram algum tipo de exploração de expropriação de seus direitos em algum período da história. Milton Santos é mencionado na entrevista como referencial de intelectual negro que também acreditava na questão social como ponto central da subalternidade que na “contemporaneidade refere-se à problemática das classes sócias e das formas de dominação.” No entanto, na sua fala não apontou para o estabelecimento de uma relação de identidade com a negritude.

“Venho de uma família humilde, nascida em Campo grande no Rio de Janeiro, nunca participei diretamente do Movimento Negro e passei a ter acesso maior a luta e questões colocadas pelo movimento na vida universitária. Hoje sei que tem vários professores negros que militam junto as comunidades de jovens negros carentes. Todo ano vou no dia 20 de novembro a uma festa que reúne artistas negros moradores de Campo Grande. Quanto a relação do MN na minha formação intelectual aparece de forma difusa, não é a minha questão de pesquisa. Sou Doutora em Geografia e fui formada sob a influência do Geógrafo Milton Santos – Importante Geógrafo negro conhecido e reconhecido no mundo inteiro e falecido em 2001. Para ele e para nós, a questão central da subalternidade na contemporaneidade refere-se à problemática das classes sócias e das formas de dominação. A questão central são as formas de desigualdades sociais e espaciais, aprofundadas com a modernização do território e os mais pobres – negros, indígenas, nordestinos migrantes, dentre outros e que experimentam de forma cruel a dimensão perversa da modernidade.(sic).”

## Resposta da pergunta 2

### Professor I

O professor I afirma não existir separação entre intelectuais/militantes e entre militantes conservadores/sua práticas políticas, essas categorias estão imbricadas e se constituem em lugar de engajamento dos jovens em busca de se compreenderem dentro da sociedade e em prol de igualdade de direitos. Tendo ele ao longo de sua vida feito parte do movimento negro e através deste ter conseguido conscientizar da realidade do negro no Brasil, pode contribuir para fortalecimento do movimento.

Comparando as repostas do Professor I ( que teve em sua vida estudantil influência do MN) com a do Professor II podemos perceber nos discursos de ambos que a afirmação de Salles é fundamental para entendermos que:

(...)que um dos fatores que diferencia os **intelectuais negros** dos **negros intelectuais** é

justamente o fato destes últimos serem tocados: a) diretamente por uma ética da convicção anti-racismo, através da militância orgânica em alguma entidade negra anti-racismo; e b) indiretamente por meio de conversas, diálogos, trocas de informações, e outras formas de contatos entre estes intelectuais e os ativistas dos Movimentos Sociais Negros; influências essas, direta e indireta, que se refletem em seus trabalhos científicos e nas suas condutas acadêmico-intelectuais. Desse modo, os negros intelectuais passaram a intervir diretamente na produção do conhecimento científico, em especial na área de relações raciais, questionando-a profundamente, revisando ou desconstruindo conhecimentos colonizadores, eurocêntricos ou brancocêntricos; enfim, buscaram e buscam desestruturar ou desconstruir ideologias que afirmam, manifesta ou latentemente, que o Brasil é um país racialmente democrático ante a mistura e harmonia racial aqui existentes, ou que afirmam que não há necessidade de políticas de promoção da igualdade racial, como, por exemplo, ações afirmativas, para eliminar ou mesmo minimizar as desigualdades raciais existentes neste país. Mais do que isso, os negros intelectuais passaram a questionar e desestruturar profundamente, por meio da suas produções acadêmico científicas, o controle de alguns cientistas sociais brancos sobre a pesquisa e o estudo das relações raciais brasileiras, o seu modo de fazer essas pesquisas, bem como as suas propostas para a superação das desigualdades raciais entre negros e brancos. (2008. p.12)

Após análise das entrevistas podemos perceber que nem todos os negros intelectuais têm participação no MN, porém a militância tem levado a um comprometimento com a questão que é comum a todos os negros militantes/não

militantes intelectuais/não intelectuais. Negros que almejam serem reconhecidos e respeitados na sociedade. Ainda segundo Salles

Em realidade, com o ressurgimento, ou melhor, o revigoramento dos Movimentos Sociais Negros, por meio do surgimento do MNU em 1978, bem como com o processo de redemocratização do país nos anos oitenta do século passado, surgem condições sociais para o florescimento de uma geração de intelectuais negros oriundos também dos Movimentos Sociais Negros (ou que ouviram as vozes desses movimentos por justiça e igualdade racial no Brasil). Esses “novos intelectuais negros”, ou melhor, negros intelectuais, ao militarem nesses movimentos ou sofrerem indiretamente a sua influência (ouvindo o seu clamor por igualdade racial) ficaram grávidos de novos ou outros métodos de pesquisas, indagações, categorias analíticas, conhecimentos para estudar, pesquisar, compreender, bem como de apresentar propostas para promover a igualdade racial no Brasil. Ficaram grávidos da necessidade de intervir na produção do conhecimento na área de estudos e pesquisas sobre relações raciais. Ficaram grávidos de autonomia, independência e descolonização intelectual, entre outros tipos de gravidez. Surgem então, da parte dos negros intelectuais, indagações posicionadas a partir de um ponto de vista negro das relações raciais que a maioria dos cientistas sociais brancos desta área de estudos e pesquisas não tinha e alguns até o desconsideravam. Só muito recentemente alguns intelectuais brancos começaram a perceber a miopia a que estavam submetidos ante a colonização intelectual que incorporavam e reproduziam em face de um conhecimento eurocêntrico acrítico. Ou seja, do conhecimento posicionado a partir de um ponto de vista branco e acrítico das relações raciais, mas que se traveste de conhecimento neutro e daltônico. ( 2008, P. 7)

Como afirma Sales Augusto em artigo publicado em junho de 2008 no VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, após o surgimento do Movimento Unificado em 1978, fica mais visível a discriminação, pois a população negra começa a protestar contra a discriminação racial, isso ocorre segundo Sales pelo aumento da quantidade negros intelectuais “ oriundo dos movimentos negros ou militantes sociais. ( Sales, 2008. 03)

Intelectuais negros sempre existiram no meio acadêmico brasileiro (inclusive intelectuais do porte de Milton Santos, geógrafo mundialmente famoso), embora estes fossem – e ainda sejam – poucos nas universidades brasileiras. Porém, frise-se aqui que a porcentagem de acadêmicos negros deve variar de universidade para universidade, bem como de região para região, entre outros fatores. Contudo, no geral, a maioria desses poucos intelectuais negros provavelmente passou e passa por diversas dificuldades para chegar aonde eles chegaram, ou seja, para ocupar um cargo e ter o *status* de professor de uma universidade pública brasileira ( pag. 03)

Assim, ainda com base em Sales, no início da década de 80 surgiram vários intelectuais tais como: Lucia Barbosa, Petronilha Silva e Valter Silvério. Nessa época

o Movimento Negro trouxe a tona a questão da problemática racial, tornando visível negros intelectuais como Milton Santos, porém a luta que iniciou com o MNU surgiu em meio a redemocratização do país, entretanto os negros que fazem parte da atual sociedade ainda não conseguiram ultrapassar a barreira da invisibilidade.



## Conclusão

Após concluir este trabalho, percebi que não continuo a pensar do mesmo modo acerca das relações raciais no Brasil, aprendi a me conhecer e a pensar na minha identidade racial. A identidade Negra é um processo dialético a ser construído, desconstruído e reconstruído durante toda vida do negro na sociedade.

A participação negra nos Movimentos Sociais contribui para que os sujeitos assumam uma atitude anti-racista e busquem uma conscientização política e social em prol de ações afirmativas que visam contribuir para a inclusão do negro na sociedade, que ainda o considera um ser inferior.

Toda pesquisa utilizada na elaboração deste trabalho mostrou que existem muitos mestres e doutores negros, mas a produção acadêmica destes autores não é amplamente divulgada no meio acadêmico, a visibilidade dos negros intelectuais é reconhecida apenas pelas pessoas que se interessam em saber mais sobre a história do negro ou de quem faz parte do Movimento Negro.

O Movimento Negro passou a utilizar o termo raça como instrumento político para reafirmar a existência do racismo no nosso país, fortemente enraizado nas instituições e nas formas como estas trabalham as relações no cotidiano. As palavras que denotam o preconceito, os estereótipos e a discriminação, demonstram o perfil racista do Brasil. As palavras fazem parte de uma ideologia pouco percebida, simbólica e discursiva. A escola e a universidade têm grande responsabilidade sobre a continuidade dos pensamentos racistas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & Classes sociais e grupos de prestígio*, 2ª ed., Salvador, EDUFBAIEGBA, 1996

CARVALHO José Jorge de e SEGATO Rita Laura – Uma proposta para estudantes negros na universidade de Brasília Departamento de Antropologia 2002 Universidade de Brasília

FERNANDES, Florestan 1920-1995 *O negro no mundo dos brancos* /Florestan Fernandes; apresentação de Lilia Moritz Schwarcz.-2 ed revista- São Paulo: Global 2007

FREYRE, Gilberto “Casa Grande e Senzala **Editora:** Global **Ano:** 2003 **Edição:** 47

GIL, Gilberto, **Música: A mão da limpeza**, Compositor e intérprete: LP Raça Humana, 1984. Participação especial: Chico Buarque de Hollanda

GOMES, Nilma Lino: Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10639/03*. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005

GOMES, Nilma Lino: A universidade Pública como direito dos(as) jovens negros(as): a experiência do programa Ações Afirmativas Na UFMG In. SANTOS, Sales Augusto (org) *Ações afirmativas e combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005

GOMES, Joaquim B.Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. IN SANTOS, Sales Augusto (org.). Ação Afirmativa e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. "Ações afirmativas para população negras nas universidades brasileiras". In. SANTOS, Renato Emerson dos Santos e LOBATO, Fátima (orgs.) Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais – Rio de Janeiro: DP&A, 2003

MUNANGA, Kabengele Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. BRANDÃO, André Augusto Pereira (org.) *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira..* Niterói: EdUFF, 2004b. Cadernos PENESB; 5.

OLIVEIRA, Nelson Silva de – Guia de direitos do brasileiro afro-descendente : vultos negros na história do Brasil 2. ed. **Brasília** : MJ. SEDH, 2001. SÉRIE:( Cadernos CEAP )

PEREIRA, Amílcar Araújo. "O Mundo Negro" – a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995) – Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010

PETRUCCELLI, José Luis - Mapa da cor no Ensino Superior Brasileiro – Serie Ensaio & Pesquisa, 2004

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas (coord.) O negro na Universidade Programa a Cor da Bahia/ programa de Pós –Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA- Salvador: Novos Toques, nº 5, 2002

SANTOS, Joel Rufino dos Santos. "O Movimento Negro e a crise brasileira" In: Política e Administração. 1985

SANTOS, Sales Augusto – De militantes negros a negro intelectuais. VI Congresso Português de Sociologia – Mundo Sociais Saberes e Práticas, em 25 a 28 de junho de 2008 – Lisboa

SCHWARCZ, Lilia Moritz: As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz e QUEIROZ, Renato da Silva (orgs). *Raça e Diversidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência: EDUSP, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Raça como negociação: sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares Fonseca (org.). *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SEYFERTH, Giralda. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre o racismo. In: *Racismo no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, ABONG, 2002a.

SILVA, Anderson Paulino, BRANDÃO, André e MARINS, Mani Tebet A. Educação superior e relações raciais – Niterói: EdUFF, 2009.

Revista Pandora Brasil - Edição especial Nº 4 - "Cultura e materialidade escolar" - 2011

[www.mec.gov.br/](http://www.mec.gov.br/) -

[portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001\\_07.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf)

13/06/2010 23:00

## ANEXOS

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR  
RESOLUÇÃO Nº 1, DE 8 DE JUNHO DE 2007 (\*) (\*\*)**

Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. O Presidente da Câmara de Educação Superior do

Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos arts. 9º, inciso VII, e 44, inciso III, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CES nº 263/2006, homologado por Despacho do Senhor Ministro da Educação em 18 de maio de 2007, publicado no DOU de 21 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º Os cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos por instituições de educação superior devidamente credenciadas independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, e devem atender ao disposto nesta Resolução.

§ 1º Incluem-se na categoria de curso de pós-graduação lato sensu aqueles cuja equivalência se ajuste aos termos desta Resolução.

§ 2º Excluem-se desta Resolução os cursos de pós-graduação denominados de aperfeiçoamento e outros.

§ 3º Os cursos de pós-graduação lato sensu são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação ou demais cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

§ 4º As instituições especialmente credenciadas para atuar nesse nível educacional poderão ofertar cursos de especialização, única e exclusivamente, na área do saber e no endereço definidos no ato de seu credenciamento, atendido ao disposto nesta Resolução.

Art. 2º Os cursos de pós-graduação lato sensu, por área, ficam sujeitos à avaliação dos órgãos competentes a ser efetuada por ocasião do credenciamento da instituição.

Art. 3º As instituições que ofereçam cursos de pós-graduação lato sensu deverão fornecer informações referentes a esses cursos, sempre que solicitadas pelo órgão coordenador do Censo do Ensino Superior, nos prazos e demais condições estabelecidos.

Art. 4º O corpo docente de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, deverá ser constituído por professores especialistas ou de reconhecida capacidade técnico-profissional, sendo que 50% (cinquenta por cento) destes, pelo menos, deverão apresentar titulação de mestre ou de doutor obtido em programa de pós-graduação stricto sensu reconhecido pelo Ministério da Educação.

Art. 5º Os cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, têm duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, nestas não computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, e o reservado, obrigatoriamente, para elaboração individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso.

Art. 6º Os cursos de pós-graduação lato sensu a distância somente poderão ser oferecidos por instituições credenciadas pela União, conforme o disposto no § 1º do art. 80 da

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

(\*) Resolução CNE/CES 1/2007. Diário Oficial da União, Brasília, 8 de junho de 2007, Seção 1, pág. 9.

(\*\*) Alterada pela Resolução CNE/CES nº 5, de 25 de setembro de 2008, que estabelece normas para o credenciamento especial de Instituições não Educacionais para oferta de cursos de especialização.

Parágrafo único. Os cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos a distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso.

Art. 7º A instituição responsável pelo curso de pós-graduação lato sensu expedirá certificado a que farão jus os alunos que tiverem obtido aproveitamento, segundo os critérios de avaliação previamente estabelecidos, sendo obrigatório, nos cursos presenciais, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência.

§ 1º Os certificados de conclusão de cursos de pós-graduação lato sensu devem mencionar a área de conhecimento do curso e serem acompanhados do respectivo histórico escolar, do qual devem constar, obrigatoriamente:

I - relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno e

nome e qualificação dos professores por elas responsáveis;

II - período em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico;

III - título da monografia ou do trabalho de conclusão do curso e nota ou conceito obtido;

IV - declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições da presente Resolução; e

V - citação do ato legal de credenciamento da instituição.

§ 2º Os certificados de conclusão de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, na modalidade presencial ou a distância, devem ser obrigatoriamente registrados pela instituição devidamente credenciada e que efetivamente ministrou o curso.

§ 3º Os certificados de conclusão de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, que se enquadrem nos dispositivos estabelecidos nesta Resolução terão validade nacional.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os arts. 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11 e 12 da Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001, e demais disposições em contrário.

ANTÔNIO CARLOS CARUSO

//portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001\_07.pdf

13/06/2010 23:00